

DECLARAÇÃO QUANTO A OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA PARA OS PAGAMENTOS DE DESPESA

Declaro para os devidos fins, que mesmo não tendo o legislativo municipal de Montanha editado ato legal normativo regulamentando a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do Art. 5º e Art. 40, inciso XIV, alínea “a” e § 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, o legislativo municipal vêm, ao longo dos últimos anos, buscando cumprir a ordem cronológica de pagamento dos processos de despesas relativos ao fornecimento de bens, serviços, realização de obras públicas, prestação de serviços, dentre outros, respeitando a disponibilidade financeira da Câmara Municipal.

Por fim, há de se destacar que a Câmara Municipal de Montanha não possuía nenhuma razão para quebrar a ordem cronológica dos pagamentos, haja vista que conforme podemos constatar da análise da prestação de contas anual de 2020, o legislativo municipal evidenciou disponibilidade financeira para cumprir com todas as obrigações financeiras assumidas, tendo até mesmo, devolvido recursos financeiros ao executivo municipal.

Assim, por ser verdade, firmo o presente relatório.

Montanha – ES, 22 de abril de 2021.

Neilton Wanderlan da Silva Cortes
Presidente